



ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e trinta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo- secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, de forma presencial, foi aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *"Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos vinte e três dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e onze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Nove da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofícios nºs 1-0245, 1-0247 e 274/2023, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 719/2023, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 478 a 480, 501, 503 a 506/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 640/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofícios nºs 884, 1.166 a 1.181/2023, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; E-mail's da Energisa Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Junior Mochi, Zé Teixeira, Mara Caseiro e Zeca do PT. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Rafael Tavares, Roberto Hashioka, Renato Câmara e João Mattogrosso. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 17/2022, de autoria do deputado Marcio Fernandes. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 73/2023, de autoria do deputado Junior Mochi; Projetos de Lei nºs 132 e 133/2023, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 92/2023, de autoria do deputado João Mattogrosso. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado João Henrique, endereçada aos familiares de Marco Antônio Brandão Coelho; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares terceiro-sargento Carlos Henrique Vaz Duarte e soldado Mateus Henrique Fernandes Oviedo, pelo reconhecimento ao salvar um rapaz que tentava cometer suicídio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos policiais militares subtenente Gildney José Benites e Soldado Wesley Silva Chamorro, pelo reconhecimento ao evitar que uma mãe e seu filho fossem arrastados por uma forte correnteza e caíssem dentro de um córrego, em decorrência de uma chuva forte; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Associação Colônia Paraguaia, em razão do Dia Estadual do Povo Paraguaio, comemorado anualmente no dia 14 de maio; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, endereçada ao senhor Francisco Gonçalves Pereira, conhecido como "Mestre Gonça", por ter*



*sido uma das personalidades futebolísticas do país que recebeu a homenagem denominada como “Soldado Nascimento” (Pelé), no Centro de Capacitação Física do Exército, no Rio de Janeiro, sendo o único morador de Mato Grosso do Sul a receber a comenda; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Mattogrosso, pelos cinquenta e oito anos do Jornal “O Pantaneiro”, celebrado no último dia 5 de maio do corrente ano, em nome do senhor José Lima Neto. Com sólida e ininterrupta existência, o veículo de comunicação é referência na região de Aquidauana e Anastácio. Requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Sociedade Civil Organizada do Paraná (Socipar), pelo engajamento e defesa da interligação entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul pela BR-376; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Rafael Tavares, endereçada ao Batalhão de Choque da Polícia Militar pelo enfrentamento ao tráfico de drogas em Paranhos/MS; indicações, de autoria do deputados Coronel David, Renato Câmara, Lidio Lopes, Pedrossian Neto, Neno Razuk, João Mattogrosso, Zeca do PT, Zé Teixeira, Lucas de Lima e Rafael Tavares. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e três de maio do ano de dois mil e vinte e três”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para proceder à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de maio de 2023: Ofícios nºs 525 e 526/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lucas de Lima, Mara Caseiro e João Mattogrosso; Ofício nº 731/2023, da Polícia Civil do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à moção de congratulação do deputado João Mattogrosso; Ofício nº 4.497/2023, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, respondendo à indicação do deputado Rafael Tavares. Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, imprensa. De modo especial quero cumprimentar os líderes comunitários aqui presentes, senhor Elzio Moreira, mais conhecido como “filho do padre”; Antônio do Nascimento e Gilvana da Silva, lideranças do bairro Santa Luzia; Reginaldo Miranda, presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Luzia; Gonzaga Zani, presidente da Associação de Moradores do Jardim Moca; Paulo Moura, presidente da Associação de Moradores da Vila Nasser. A presença deles aqui na Sessão se justifica em razão da indicação que faremos neste momento. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel; à senhora Maria do Carmo Avesani Lopez, diretora-presidente da Agência de Habitação Popular



do Estado de Mato Grosso do Sul (Agehab); ao senhor Bruno Soares de Souza Silva, superintendente do patrimônio da União em Mato Grosso do Sul (SPU/MS), por cópias autônomas, solicitando que sejam empreendidos todos os esforços para viabilizar a doação, por parte da União, ao estado de Mato Grosso do Sul, de uma área militar abandonada, com medida de 27.824,30 m², para que a mesma seja destinada à construção de moradias populares. A área mencionada encontra-se atualmente sob a custódia da Base Aérea de Campo Grande e frequentemente fica tomada por vegetação, devido à falta de uso. Localizada no bairro Vila Nasser, entre a Avenida São Nicolau e as ruas Lindoia, Luciar e Pocrane, conforme croqui anexo, a área tem gerado diversos inconvenientes devido à falta de destinação e abandono. Tais problemas têm causado transtornos aos moradores da região, o que inclui incêndios decorrentes da vegetação densa, além de servir como local inadequado para o descarte de lixo e entulho. Por meio da doação dessa área essas questões podem ser solucionadas ao destiná-la à construção de moradias populares, contribuindo também para redução do déficit habitacional em Campo Grande. A presente demanda se justifica no pedido das Associações de Moradores do Bairro Santa Luzia, Vila Nasser e Jardim Mó, diretamente afetados através dos ofícios que seguem anexos. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo Filho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, por cópias autônomas, solicitando a viabilização, por meio de convênio ou execução direta, de recursos para pavimentação asfáltica nas seguintes vias urbanas: rua Frei Francisco, entre a avenida Gaspar Ries Coelho até a rua Mar; rua Martim, entre a rua Frei Francisco Joaquim Cesário; rua Vênus, entre a rua Frei Francisco Joaquim Cesário, todas no bairro Jardim das Estrelas, em Coxim. A presente demanda justifica-se no pedido do vereador Carlos Henrique, da Câmara Municipal de Coxim. Moção de aplauso. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de aplauso ao senhor Diogo Correia de Matos Souza, servidor desta Casa Legislativa, em razão de sua recente nomeação como agente de Polícia Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª região. Atualmente ele está em exercício no cargo de policial legislativo, foi admitido no primeiro concurso promovido na Assembleia Legislativa, em 2016, tendo sido aprovado em primeiro lugar das cotas e décima da ampla concorrência no referido concurso. No tempo em que esteve a serviço da Assembleia Legislativa, atuou com zelo e dedicação. Diogo tomará posse amanhã, 25 de maio, sendo hoje o seu último dia como servidor desta Casa. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Em nome de todas os deputados e deputadas, quero cumprimentar pelo seu aniversário a "estagiária" Severina que está conosco desde a instalação do programa "Menor Aprendiz". Fica aqui o nosso abraço.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Meu também, com certeza. Acho que de todos nós, já que a Severina é unanimidade nesta Casa.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ela está com a gente há quarenta anos, mas a idade a gente não vai revelar.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Não podemos revelar, a deputada Mara Caseiro não deixou falar.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, vou apresentar uma moção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor João Rocha por ter assumido o cargo de secretário municipal de Governo e Relações Institucionais da capital sul-mato-grossense. Era só o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Andreia de Siqueira Campos Lindenberg, superintendente do Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian, solicitando o retorno dos atendimentos reumatológicos, especialmente aos pacientes com fibromialgia. Representantes da Associação Nacional de Fibromiálgicos e Doenças Correlacionadas (Anfibro) buscaram nosso gabinete solicitando apoio para o retorno dos atendimentos reumatológicos realizados pelo Hospital Universitário Maria Aparecida Pedrossian. De acordo com Maria de Souza, diagnosticada com fibromialgia há dezenove anos, a mesma utilizou o tratamento disponibilizado pelo HU durante treze anos, porém o mesmo foi suspenso em maio de 2022, dificultando o acesso ao tratamento e até mesmo consultas médicas para as pessoas diagnosticadas com a doença. Diante disso, nós solicitamos que à administração do Hospital Universitário estude medidas urgentes no sentido de voltar a disponibilizar os atendimentos, bem como tratamentos reumatológicos, especialmente às pessoas que são portadoras de fibromialgia. Também uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Domingos Sahib Neto, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a construção da ponte sobre o córrego Imbirussu que liga a região do bairro Jardim Carioca ao polo empresarial, nesta capital. Esta é uma reivindicação antiga que nós estamos reapresentando à prefeitura municipal a pedido dos moradores do Jardim Carioca, visto que o adiamento da construção dessa ponte causa muitos transtornos, principalmente aos trabalhadores que procuram um acesso mais facilitado ao polo empresarial, que têm que ir de bicicleta, moto, ou caminhar seis quilômetros para chegar ao polo. Essa ponte facilitaria muito a vida de duas mil e quinhentas pessoas que trabalham ali. Moção de repúdio. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário que seja encaminhada moção de repúdio ao senador Magno Malta,



do partido PL do Espírito Santo, por declarar: "Cadê os defensores da causa animal, que não defendem o macaco"? Ele também afirmou que o jogador Vinicius Junior, que foi vítima de ofensas racistas ao ser chamado de macaco durante uma partida de futebol na Espanha, estava sendo revitimizado pela imprensa brasileira que estaria interessada na audiência. O jogador brasileiro Vinicius Júnior, atacante do Real Madrid, da seleção brasileira, sofreu, mais uma vez, insultos racistas de torcedores rivais da Espanha, foi hostilizado por torcedores do time Valência, no estádio de Mestala, no domingo, dia 21. A partida chegou a ser paralisada pelo árbitro e posteriormente foi retomada. Para nossa decepção, o senador da República Magno Malta, por quem tenho muitas reservas por sua atuação e suas posições políticas, fala esse império que deve ser repudiado por todos que condenam o racismo, pois entendemos que o mesmo tem que ser combatido de todas as formas. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor Presidente, nobres colegas deputados, público presente, quero fazer algumas indicações e apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que declara de utilidade pública o Instituto Smile 31, com sede no município de Angélica. Artigo 1º - Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Smile 31, com sede no município de Angélica. Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Esse Instituto foi instituído pelo jogador Smile, que foi revelado no Ivinhema Futebol Clube, hoje é jogador na Europa, e tem feito um belo trabalho no município de Angélica, com escolas de futebol e apoio às famílias dessas crianças. Diante disso a declaração de utilidade pública vai fortalecer ainda mais a atuação do Instituto Smile 31. Quero parabenizar esse jogador, pela visão, ele que é um vencedor, já conquistou o seu espaço no futebol brasileiro, foi até convocado pela Seleção Brasileira e está retornando uma parte desse sucesso para os seus conterrâneos no município de Angélica. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, antes de mais nada, eu quero parabenizar a querida servidora e cerimonialista Severina, que faz aniversário hoje, ela que é uma grande mulher, uma grande profissional. Que Deus continue abençoando enormemente você e toda a sua família. Tenho apenas uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, ao secretário Hélio Peluffo, e ao diretor da Agesul, Mauro Azambuja, solicitando que seja implantado um sistema de controle de velocidade, uma lombada eletrônica, no KM 81 da MS-295, próximo à empresa Zezinho Veículos, no perímetro urbano do município de Eldorado. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Antônio Jorge dos Santos, de Eldorado. É o que eu tinha, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres pares! Quero apresentar uma indicação e uma moção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário Pedro Caravina, solicitando serviços de patrolamento e encascalhamento na rodovia 280, em caráter emergencial, no trecho que liga o município de Caarapó à Laguna Carapã. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de pesar aos familiares do senhor Januário Manoel Capuano, popular Gino, pelo seu falecimento aos setenta e dois anos, ocorrido no município de Dourados, no dia 24 de Maio de 2023. Justificativa anexa. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado João Mattogrosso: quatro indicações (Prot. nºs 02504/2023, 02498/2023, 02499/2023, 02500/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 02506/2023, 02507/2023, 02508/2023, 02509/2023); um requerimento (Prot. nº 02510/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de congratulação (Prot. nºs 02501/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: dez indicações (Prot. nºs 02524/2023, 02516/2023, 02517/2023, 02519/2023, 02520/2023, 02521/2023, 02522/2023, 02513/2023, 02515/2023, 02523/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas moções de congratulação (Prot. nºs 02518/2023, 02514/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 02502/2023); um requerimento (Prot. nº 02505/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 02503/2023).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, pela ordem, o deputado Coronel Davi. Transferida. Com a palavra, deputado Lucas de Lima. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Renato Câmara. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. O deputado Pedro Kemp disporá de trinta minutos para o seu pronunciamento.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu estou terminando de imprimir o meu quarto livro, está ainda na editora, que vai se chamar "Cartas de Indignação". Esse livro nasceu de situações vividas por pessoas no nosso país e aqui em Campo Grande, que foram vítimas de discriminação, de violência, de injúria racial, mulheres, homens, negros, pessoas com deficiência, e da comunidade LGBTQIA+. Eu confesso, pelo meu histórico de militante dos direitos humanos, que situações de violação aos direitos fundamentais das pessoas e de violências, muitas vezes dissimuladas, mexem muito comigo e me causam indignação. Ontem eu estava retornando para minha casa de



carro e ouvindo a programação de rádio, escutei a fala do senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo. A repórter estava apresentando uma outra notícia, mas interrompeu o noticiário para colocar ao vivo a fala do senador que estava participando de uma reunião em uma comissão. Confesso que fiquei muito indignado ao ouvir a fala do senador que estava comentando um fato que ontem foi dito aqui pelo deputado Zeca do PT e também pelo presidente, deputado Gerson Claro, sobre aquele fato que aconteceu no final de semana, na Espanha, quando o jogador brasileiro Vinicius Junior foi vítima, alvo, de uma manifestação racista no estádio de futebol, quando a torcida do time adversário gritava para ele "macaco". Diante do ocorrido, ao invés do senador Magno Malta repudiar essa situação, esse fato, ao invés de se solidarizar com o jogador brasileiro e com todos os brasileiros que são vítimas de racismo, violência e injúria racial, ele disse a seguinte frase: cadê os defensores dos animais que não defendem o macaco? Eu confesso que senti asco, senti nojo desse senador que, me desculpe o deputado Antonio Vaz, é um pastor evangélico, e por ser um pastor evangélico ele deveria ter um outro tipo de comportamento, nem precisa ser pastor, mas como cristão ele deveria ter um comportamento de respeito à dignidade da pessoa humana. O Brasil é um país estruturalmente racista, e o pior é que as pessoas negam que são racistas. As pessoas às vezes falam de alguma coisa em tom racista e logo em seguida dizem: mas eu não sou racista, ou então dizem: tiraram a minha frase do contexto, ou que não era bem isso que queriam dizer, mas a pessoa já se entregou, ela já se manifestou de forma racista. O Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, foram mais de trezentos anos e esse sistema encucou na população uma cultura escravocrata que faz com que a elite branca se sinta um segmento superior à grande maioria de pobres que, coincidentemente, são afrodescendentes, como se fossem uma camada inferior da sociedade. Causa estranheza na sociedade chegar em um consultório médico e encontrar um médico negro, causa estranheza ir a um Tribunal de Justiça e encontrar desembargador negro, causa estranheza chegar em um Parlamento e encontrar um deputado ou senador negro. Aliás, com a morte do deputado Amarildo Cruz, não temos nenhum deputado negro. Isso causa estranheza porque a população internalizou uma cultura que vê a população negra como inferior, como incapaz de galgar espaços mais elevados e de relevância. Essa cultura está incrustada na vida da sociedade brasileira e as gerações vão reproduzindo essa cultura, de pai para filho. A gente vê discriminação racial no interior das escolas, dos clubes esportivos, nas associações, nos sindicatos, nas igrejas, vemos comportamentos racistas que tratam as pessoas de maneira diferente em função da cor da pele e da sua condição socioeconômica. O Brasil é um país que tem a maioria da sua população afro-brasileira. Nós deveríamos trabalhar no sentido de buscar a verdadeira convivência harmoniosa e fraterna entre todas as pessoas, independentemente da cor da pele, da sua crença, da sua orientação sexual. O sociólogo Gilberto Freyre escreveu um livro clássico, Casa-Grande e Senzala, e quis passar a ideia de que o Brasil era uma verdadeira democracia racial, mas não é. Ele acabou divulgando uma teoria de que aqui brancos, negros, índios e mulatos vivem harmoniosamente, mas isso não é verdade. Todos os dias nós temos casos de discriminação e de injúria racial que acontecem no supermercado, no açougue, na loja, na igreja. Uma professora amiga minha, Lucimar, doutora em Pedagogia, que hoje ocupa um cargo no Ministério da Educação, ao sair de um supermercado, teve a sua bolsa revistada pelo segurança e depois de fazer um boletim de ocorrência, fez uma

declaração dizendo que é difícil conviver em um país onde os negros são considerados suspeitos. Os corpos dos negros são sempre considerados suspeitos, inclusive vou falar sobre isso no livro que estou publicando. Tem o caso de um negro que entrou numa loja, não encontrou o que queria, saiu, foi revistado, e levado para delegacia pelo segurança da loja porque entrou e saiu rápido do estabelecimento. Esse negro chorando, disse: "Entrei e saí porque não encontrei o que eu queria". Posteriormente, na delegacia, emocionado ele disse: "Eu não posso correr na rua, eu tenho que andar com a nota fiscal do meu celular na minha carteira, porque eu posso ser abordado e alguém pode achar que o meu celular foi roubado". Vejam que nós que não somos negros não temos que carregar a nota fiscal do nosso celular no bolso, mas o negro tem que andar com a nota para provar que ele não roubou aquele aparelho. Ele não pode correr na rua porque pode ser abordado como suspeito de ter cometido algo errado. Então o racismo existe, e pior, é dissimulado. O povo brasileiro nega, mas é racista e o racismo relega os afrodescendentes a uma posição de inferioridade. As estatísticas mostram que os negros são a maioria dos pobres, da população carcerária, são os que mais sofrem violência, os jovens negros são os mais assassinados neste país. E aí, deputado Junior Mochi, um senador da República comentando o que aconteceu com Vini Júnior, diz: "Cadê os defensores dos animais que não defenderam o macaco"? Esse homem para mim tem que ser cassado, tem que ser levado para a Comissão de Ética do Senado, porque quebrou o decoro parlamentar e ofendeu a dignidade de todas as pessoas negras afrodescendentes deste país. Concedo um aparte a Vossa Excelência.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo pelo lançamento do livro e pela importância de trazer esse tema para o nosso debate aqui, aliás, é o que todas as Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, no país e fora dele, devem discutir. Esse problema ocorrido no último final de semana, com o Vini Júnior, um atleta expoente, que está dentre os cinco melhores atletas de futebol do mundo, causou essa perplexidade no mundo todo, de manifestação de dirigentes de todas as instituições governamentais ou não, e traz para nós essa grande reflexão. Quantos episódios ainda terão que acontecer para a gente refletir e tomar atitudes antirracistas, haja vista o que ocorreu há alguns anos com aquele cidadão americano, George Floyd, que foi morto e asfixiado pela polícia americana, inclusive em razão disso foi lançada a campanha "Vidas Negras Importam". Quantos casos como esse serão necessários? Tem também o caso daquele cidadão, no Rio Grande do Sul, que sem ter feito nada, foi morto por seguranças dentro do supermercado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Tem também aquele que morreu asfixiado no porta-malas de um carro da Polícia Rodoviária Federal.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Até quando nós vamos assistir passivamente situações como essas? Acho importante colocar aqui o fato de uma autoridade, um senador da República, que foi eleito pelo voto popular, ter feito uma manifestação dessa natureza, assim como de todos aqueles que xingaram. Se foi gravado há como provar a manifestação racista e discriminatória que fizeram. Isso deveria estar intrínseco no sentimento humano, principalmente na população



brasileira, onde a grande maioria é afrodescendente. É muito importante fazer esse debate aqui, até para podermos defender as críticas sobre a política de cotas. Aqui na Assembleia são vinte e quatro integrantes, não tem nenhum negro, e são raros os expoentes que ocupam cargos no cenário federal, estadual ou municipal. É necessário termos a participação da população afrodescendente porque talvez ela não tenha tido as mesmas oportunidades, na maioria da vezes porque é pobre e tem mais dificuldade de acessar o cargo e a função pública. Parabéns pelo seu pronunciamento! Eu comungo desse mesmo pensamento e acho que a sociedade tem que refletir e impedir que novos casos como esse do Vini Júnior aconteçam. Até por conta da repercussão do caso e pela pessoa conhecida que ele é hoje, que esse triste episódio possa contribuir para que as atitudes do cidadão, no dia a dia, sejam realmente de respeito e igualdade, sem atitudes discriminatórias.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, Deputado Junior Mochi. Eu quero incorporar integralmente o vosso aparte ao meu pronunciamento. Quero lembrar que antes desse fato acontecer no campo de futebol, já haviam feito um boneco do Vinicius Júnior que foi pendurado como se estivesse sendo enforcado numa ponte lá na Espanha. Então, ele já tinha sido alvo de racismo em outras situações. Talvez o ódio dos torcedores seja pelo fato de ele ser um excelente jogador de futebol e ter se destacado entre os cinco melhores do mundo. Isso pode ter causado inveja, ódio daquelas pessoas, mas não deixa de ser um ato de racismo, mesmo porque não ser racista não é o bastante, tem que ser antirracista, tem que lutar contra o racismo, tem que lutar contra todas as formas de ataque à dignidade das pessoas. Nós temos que começar dentro da nossa própria casa, por exemplo, quando a gente tem uma funcionária negra, ela deve ser tratada com dignidade, deve se sentar à mesa junto com a nossa família durante as refeições para que os nossos filhos sejam educados desde pequenos a não fazer distinção de pessoas, a não considerar ninguém inferior. Isso precisa ser reproduzido em todos os ambientes, inclusive nas escolas para mudar a mentalidade de que algumas são inferiores, não merecem respeito, ou tenham que ter profissões que ganham menos. Nós temos que banir isso da sociedade, tem que haver oportunidades iguais para todos e nós temos que lutar contra essa cultura racista, escravocrata que existe em nosso país. Concedo, com o maior prazer, um aparte à deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente e colegas parlamentares. Quero parabenizar o deputado Pedro Kemp por trazer esse tema oportuno e necessário nesta Casa de Leis. Ontem, eu não pude intervir porque estava acompanhando remotamente a sessão, mas hoje não posso deixar passar batido. Quero dizer que é deplorável ouvirmos uma declaração dessas de um senador, de um parlamentar que foi eleito democraticamente. Algumas pessoas podem dizer que ele foi infeliz na colocação, mas na verdade isso pode estar incutido no que ele realmente pensa. O que nós estamos vivenciando hoje é uma sociedade doente, onde impera o ódio, mas acho que temos que parar com essa polarização de direita e de esquerda. O que ocorreu nos últimos anos foi que muitas pessoas externaram aquilo que elas pensavam de fato, mas será que o ex-senador foi infeliz na sua colocação ou esse é, realmente, o pensamento dele? Então, presidente Gerson Claro, nós, enquanto Parlamento estadual, não podemos ficar inertes. Quero aproveitar para parabenizá-



lo pela intervenção, ontem, naquele caso que vem da minha cidade, de um jovem que foi vítima de racismo numa partida de uma universidade privada, uma das maiores de Mato Grosso do Sul. E pasmem os senhores: até agora não houve nenhuma nota de repúdio, não houve nenhuma manifestação dessa universidade e isso nos entristece muito, porque parece que o racismo tende ser naturalizado e se tornou normal. Isso não é normal, nós estamos em um país da diversidade cultural, da diversidade racial, nós estamos em um estado onde a população negra já estava aqui por meio dos quilombos, onde temos a população indígena que, infelizmente, sofre muito preconceito. Então nós precisamos, sim, trazer essa discussão para este Parlamento, precisamos fazer notas de repúdio, precisamos fazer o que o presidente ontem determinou, campanhas pelas redes sociais. Nós não podemos mais admitir, deputado Londres Machado, com toda a experiência que o senhor tem no Parlamento, em pleno século XXI vivenciarmos pessoas sendo ofendidas pela cor delas, é inadmissível, é inaceitável. Fica aqui a minha indignação, não somente com relação a esse caso, mas também com o que ocorreu lá na minha cidade. Espero, sinceramente, que essa universidade que tem um histórico de formar tantos profissionais em Mato Grosso do Sul, venha se retratar, se manifestar de alguma forma. Tem mais um detalhe, só para poder encerrar, a imprensa de Dourados vivenciou tudo isso e ficou simplesmente calada. Por que será? Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputada Lia Nogueira. Quero abrir um parênteses para dizer que Vossa Excelência expressou muito do que eu gostaria de colocar aqui, portanto incorporo o seu aparte a minha fala. Ontem, o deputado Zeca falou também sobre esse fato que aconteceu na Unigran, em Dourados, e infelizmente a universidade até agora não se manifestou, não tomou nenhuma providência para coibir esse tipo de situação. Então, nós temos que ser intolerantes com situações de racismo, de violência, de discriminação da pessoa por qualquer natureza, porque se acontece um fato desse dentro da universidade e ninguém faz nada, isso vai ser reproduzido, as pessoas podem se sentir autorizadas a fazer isso em outras situações, pelo fato de não reagirmos, não fazermos nada, não nos manifestarmos. Talvez amanhã ou depois alguém pode sofrer uma agressão física, até ser assassinado por conta de discriminação, haja vista a quantidade de pessoas, no Brasil, que perdem a vida por causa de preconceito. O jornal Correio do Estado, há duas semanas, publicou uma matéria interessante sobre violência e assassinato de pessoas LGBT e transexuais, uma população que sofre violência e muitas vezes é assassinada por conta da sua orientação sexual, intolerância religiosa. Houve casos, por exemplo, no Rio de Janeiro, de pessoas que frequentam o candomblé serem agredidas na rua. Teve um motorista de táxi que se recusou transportar uma senhora e duas crianças que estavam paramentadas com a roupa do candomblé, que tinham acabado de sair de uma cerimônia religiosa. Situações de discriminação racial como essa acontecem com frequência. Eu estou me identificando muito com suas posições políticas aqui, deputada Lia. Vossa Excelência falou na naturalização, nós não podemos deixar as pessoas acharem que é natural tratar mal alguém, inferiorizar outra pessoa, isso não pode ser considerado natural ou normal. É preciso educar as novas gerações para que no futuro tenham um comportamento de respeito a todas as pessoas, para que promovam oportunidades iguais para todo mundo e preservem a dignidade que é inerente a todo ser humano. Inclusive eu posso



afirmar que sou cristão porque respeito a todos como se fossem meus irmãos, e é esse sentimento de fraternidade que deve reinar na sociedade, não atacar o outro porque ele é diferente de mim, isso é inadmissível. Concedo o aparte ao meu colega deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado Pedro Kemp, primeiro quero parabenizá-lo pelo livro que brevemente estará disponível e segundo sobre esse tema que repercutiu no mundo inteiro. Temos que ter um comportamento de repulsa a qualquer tipo de discriminação, não só com relação à questão racial, aliás nós moramos em um país que discrimina o negro, o índio, o japonês, e o crime de xenofobia a gente vê no dia a dia, essa é uma realidade nua e crua. O jogador Vinícius já havia sido discriminado em várias ocasiões, mas o que aconteceu desta vez extrapolou os limites da razão humana. Confesso que fiquei emocionado porque me coloquei no lugar dele, me coloquei no lugar da mãe dele, imagina se ele tivesse filhos vendo uma multidão chamando-o de macaco. Eu imaginei que depois dessa pandemia o povo do nosso país e do mundo se tornaria mais empático, mas não foi o que aconteceu, os comportamentos continuaram terríveis. São mais de oitocentos casos de crianças estupradas, de zero a um ano, infelizmente a pandemia não ensinou a humanidade. Com relação à fala do senador, nós, homens públicos, temos que ter cuidado porque às vezes uma frase fora de contexto se torna um pretexto. Eu, quando fui presidente da Fenasp, estive com o senador Magno Malta, com a Damaris, com o João Campos, que é deputado federal do Paraná, em vários eventos em defesa da vida, em defesa da família, em defesa das pessoas mais carentes, e posso dizer que nunca vi, deputado Pedro Kemp, nenhum comportamento de discriminação por parte do senador. Eu ouvi o texto e acho que aquela frase que ele disse, realmente, nós temos que repugnar, mas no contexto ele disse que se fosse jogador até faria tal coisa para dizer para as pessoas brancas que ele também ama os brancos. Então, eu quero dizer a Vossa Excelência que todos nós cometemos erros, mas eu nunca vi o senador ter comportamento de discriminação, nem mesmo com o Paulo Paim que é seu amicíssimo e é negro. Quero dizer a Vossa Excelência que não tenho carta para representá-lo e nem para advogá-lo, mas não poderia deixar de dizer que, mais do que nunca, é preciso que tenhamos esse espírito de empatia, é preciso repreender, de forma veemente, qualquer tipo de discriminação, não só a questão racial, homofóbica, xenofóbica, não podemos admitir, em hipótese nenhuma, a discriminação. Eu quero dizer a Vossa Excelência que quando minha filha fazia Medicina na Rússia, a minha esposa foi discriminada lá porque ela é negra. Então esse é um assunto mundial. O senador Magno Malta foi infeliz, mas foi a primeira vez que eu ouvi algo dele nessa direção. Que isso sirva de lição para todos nós e para todos que estão nos assistindo pela TV Assembleia. O meu lema é trabalhar na perspectiva da promoção da paz, a minha bandeira é amar as pessoas de forma incondicional porque é assim que Deus nos vê. Finalizo lembrando o livro sagrado, quando o apóstolo João não encontrou adjetivos para mensurar o tamanho do amor de Deus pelo ser humano: "Deus amou o mundo de tal maneira, que deu seu filho unigênito para que aquele que nele crê, não pereça, mas tenha vida eterna". Portanto Deus não fez, não faz e não fará acepção de ninguém, e é preciso caminhar nessa direção. Obrigado por esse aparte prolongado e parabéns por trazer para esta Casa esse debate.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, tempo encerrado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Rinaldo, eu quero reforçar o que Vossa Excelência disse, que o homem público tem que pensar duas vezes antes de falar alguma coisa, porque ele é uma referência para a sociedade que muitas vezes se espelha nos seus representantes. Quando eu digo alguma coisa, sei que estou influenciando muita gente. Então é importante repudiar, não a pessoa, mas a fala da pessoa, mesmo porque nós somos limitados, nós podemos cometer erros, deslizes, e quantos de nós aqui já não teve um comportamento machista, porque nós somos educados em uma sociedade machista, patriarcal, mas a gente tem que rever nossos conceitos todos os dias, e a gente tem que se corrigir. Agora, um fato como esse precisa ser repudiado para que a pessoa reflita também sobre o que ela falou, para não cometer mais esse tipo de violência verbal contra todos os negros. Concedo um aparte ao deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Obrigado pelo aparte. Só para dizer que nós temos que repudiar todo tipo de racismo. Eu cresci numa época em que não ligávamos para isso, me chamavam de branquelo, topogigio, e eu nunca liguei; a gente chamava o outro de negão, aquela coisa toda, e nunca olhamos para isso. Eu vejo uma discriminação da sua parte quando o senhor fala que eu, como pastor, e o Magno Malta, não deveríamos falar sobre isso. Acho que ele foi infeliz na sua fala, mas no contexto ele quis dizer que é uma grande notoriedade da mídia em cima disso aí. Temos que ter muito cuidado, temos que acabar com isso. Como é que vai crescer essa geração que está vindo aí, se qualquer coisa é racismo? Em pleno século XXI vivermos uma situação dessa é muito ruim, mas também não pode discriminar e dizer que se o fulano é pastor não deveria falar isso, mesmo porque todos nós estamos sujeitos a erros e falhas. Eu percebo da parte do senhor uma discriminação a minha pessoa quando fala de pastor, porque ninguém fala de padre, agora quando o pastor comete um erro, todo mundo discrimina, eu vejo isso na mídia. Então, não é só racismo, há discriminação nas religiões, não só afrodescendentes, mas também dos evangélicos, do católico, não importa a religião, e nós temos que acabar com isso. Eu me sinto atingido quando a pessoa fala: "Ah, mas ele é pastor..." Como eu disse, nós cometemos erros, cometemos falhas. Agora nós não podemos mais expor o que sentimos, não só a pessoa que não é evangélica, que não é pastor, não é verdade? Eu parableno Vossa Excelência pela fala que trouxe porque está sendo verdadeiro, não podemos conviver com racismo. Eu cresci no meio de uma geração onde a maioria dos meus amigos eram negros, minha filha é negra, minha avó é negra, meu avô veio de Portugal, era branco, e eu saí branco. As pessoas vão zombar de mim se eu disser que sou negro, mas se minha filha é negra, minhas netas são negras, nunca poderão dizer que eu sou racista, de maneira nenhuma. Então, deputado Pedro Kemp, o senhor tem que rever sua fala com relação a essa discriminação contra religião, porque o senhor falou que ele é "pastor" e não pode fazer isso. Obrigado pelo aparte.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Querido Deputado Antonio Vaz, se o senhor entendeu que eu fiz algum ataque a Vossa Excelência que é também um pastor evangélico, quero desfazer essa ideia, porque eu não quis dizer isso. Mesmo porque o senhor é um bom exemplo de cristão aqui no nosso meio, e eu não tenho absolutamente nada para apontar com relação ao seu comportamento. Eu disse que o senhor Magno Malta, além de ser senador também é pastor, teria um motivo a mais para dar um bom exemplo, e não poderia cometer uma agressão dessa à população negra do nosso país. Quero dizer, deputado Antonio Vaz, que já fiz críticas a padres da minha igreja, ao bispo, quando eles não deram testemunho de cristãos, e vou continuar dizendo o que penso com relação àqueles que de um lado pregam o evangelho e de outro fazem discurso de ódio. Eu acho que é incoerente, mas eu não quis de forma alguma atingir Vossa Excelência que é um colega que todos nós respeitamos e tem um comportamento irreprovável aqui na Assembleia Legislativa. O que eu quis dizer é que o senador Magno Malta, também por ser pastor, deveria dar um bom exemplo a nossa população. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 010/2023. Autores: Deputados Zé Teixeira e Paulo Corrêa. "Denomina 'deputado Amarildo Cruz' a área do estacionamento destinado aos visitantes na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 010/2023, de autoria dos deputados Zé Teixeira e Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota deputado Jamilson Name?



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Resolução nº 07/2023. Autor: deputado Jamilson Name e coautoria da deputada Mara Caseiro e dos deputados João Mattogrosso, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Neno Razuk, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka. "Altera o parágrafo 1º do artigo 102 da Resolução nº 65, de 17 de setembro de 2008, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação



emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Resolução nº 07/2023, de autoria do deputado Jamilson Name, e coautoria da deputada Mara Caseiro e dos deputados João Mattogrosso, Junior Mochi, Lidio Lopes, Londres Machado, Neno Razuk, Pedrossian Neto e Roberto Hashioka.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB)

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk? Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?



DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 051/2023. Autor: Deputado Renato Câmara. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.639, de 5 de abril de 2021, que institui o Programa Mais Social e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado João Matogrosso. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 051/2023, de autoria do deputado Renato Câmara.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David? Como vota a deputada Gleice Jane?



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É o Item 3.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Quero parabenizar o meu colega da bancada douradense Renato Câmara, pela sensibilidade nesse projeto de lei que visa promover mais políticas públicas sociais no estado de Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Presidente, quem está indo para o seu partido é a minha esposa. Eu sou do Patriota. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?



DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente, quero agradecer os votos favoráveis dos nobres colegas. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. O deputado Coronel David está presente na Sessão?

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Não, senhor.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 4 prejudicado, em razão da ausência do deputado Coronel David que está em audiência. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 134/2023. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.615, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a concessão de Bolsa-Atleta e Bolsa-Técnico, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 134/2023, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-Secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-Secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado?

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MÁRCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zeca do PT? Encerrada a votação. Solicito ao segundo-secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto por unanimidade. Vai à segunda. Em nome desta Casa, quero agradecer a visita do eterno presidente da Assembleia Legislativa, hoje presidente do Tribunal de Contas do estado, Jerson Domingos. Item 6. Em discussão única e votação simbólica. Oito

requerimentos, cinquenta e uma indicações, uma moção de aplauso e quatro moções de congratulação.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu gostaria de pedir destaque do item 1 dos requerimentos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Qual o número?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — É o item 1 dos requerimentos, de autoria do deputado Marcio Fernandes, Coronel David, João Henrique e Rafael Tavares. Requerimento de informações ao senhor Laercio Alves de Carvalho, reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, solicitando informações a respeito da criação de cotas, reservas de vagas para quilombolas, travestis e transexuais. Vou me posicionar contra.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Então nós vamos votar nove requerimentos, incluindo um requerimento feito pelo deputado Zé Teixeira, destacando o requerimento 01. Em votação. Nove requerimentos, cinquenta e uma indicações, uma moção de aplauso e quatro moções de congratulação. Em discussão. Encerrada discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao expediente. Em destaque o Requerimento nº 02465/2023, de autoria dos deputados Marcio Fernandes, Coronel David, João Henrique, Rafael Tavares. "Requer informações ao senhor Laércio, magnífico reitor da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, solicitando informações a respeito da criação de cotas, reserva de vagas para quilombolas, travestis e transexuais". Em discussão...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu pedi destaque desse requerimento porque a universidade tem autonomia administrativa, financeira e pedagógica, e as decisões na Universidade Estadual são aprovadas e tomadas no Conselho Universitário (Couni), que é a instância máxima de deliberação da universidade. Todas as políticas envolvendo a questão pedagógica, administrativa, a criação de cursos, as diretrizes, são aprovadas pelo Conselho Universitário, que é instância superior da universidade. Portanto ela tem autonomia e se ela estabeleceu uma política de cotas para esses segmentos, é porque entende que essa política é importante para promover a inclusão das pessoas no âmbito do ensino superior. É importante lembrar que são ações afirmativas para criar novas oportunidades de

acesso à universidade a segmentos historicamente discriminados e marginalizados, como são os transexuais, travestis, quilombolas, e poderíamos incluir até outras pessoas. Nós acabamos de fazer aqui um pronunciamento sobre discriminação, e a universidade com uma política de cotas quer justamente fazer frente à discriminação, acabar com a marginalização de pessoas, e garantir que todos tenham acesso ao ensino superior. Então nesse sentido eu quero me posicionar contra esse requerimento, em defesa da autonomia pedagógica da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Obrigado.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Para discutir, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, nós solicitamos as informações para a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, por entender que, por exemplo, as vagas reservadas nas cotas para os quilombolas já estão contempladas nas raciais... Eles não seriam também contemplados dentro das cotas dos negros? Haveria, além das cotas dos negros, a cota de quilombolas? E como fica, por exemplo, a situação dos homossexuais e dos outros gêneros, se estão abrindo vagas somente para travestis e transexuais? Os homossexuais não entram nessas cotas? O que nós queremos saber é de onde eles estão tirando essas cotas extras, já que a lei não permite a abertura de novas cotas. Nós só estamos pedindo para que a UEMS explique se serão abertas novas vagas para esse público, extinguindo as outras pessoas. O sentido do nosso requerimento é saber informações nesse sentido.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão. Com a palavra, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, colegas deputados, eu assinei o requerimento em conjunto com os deputados Marcio Fernandes e Rafael Tavares. É importante mencionar que essa solicitação de destaque, embora regimental, no que atine e pertine ao mérito, é indevida. O deputado Marcio Fernandes colocou muito bem os requisitos para a formulação desse pedido de informações sobre os critérios que foram utilizados para implementação de cotas, reservas de vagas, dentro da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, quer dizer, uma política afirmativa essencial de participação para travestis, transgêneros e quilombolas. Então, nós estamos requerendo algo que é a essência do Parlamento, não se trata de um projeto a favor ou contra, muito pelo contrário. O deputado Marcio Fernandes apresentou esse requerimento para que nós possamos entender quais foram os critérios utilizados. A partir daí, se os critérios forem considerados equivocados ou dissonantes, destoando daquilo que entende cada parlamentar, com essas informações cada um vai poder fazer um projeto de lei, requerer melhores



informações, abrir alguma investigação e etc. Então, é inerente à atividade do Parlamento requerer informação. O presidente colocou em votação em bloco vários outros pedidos de informações a diversas instituições e órgãos, e foram votadas favoravelmente, somente esse ficou destacado. Eu acho que neste momento nós estamos tendo a oportunidade de ter uma resposta adequada sobre quais foram os critérios, o que foi estabelecido, quais foram os parâmetros legais para implementação dessa política afirmativa. Não há porque votar contra um parlamentar que pediu uma informação sobre um critério de implementação de uma política pública. Portanto, quem votar contra precisa saber que isso se volta contra a atividade parlamentar, porque uma vez que você queira fazer qualquer pergunta sobre uma política pública, alguém vai votar contra algo que é essencial à atividade do Parlamento que é fiscalizar, cobrar, requerer informações para que a gente possa adequar, propor, contrapor algo que seja pertinente a uma política pública estadual no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Eu gostaria de fazer essa discussão e pedir para que todos os deputados votem independentemente de convicção de como é que foi implantado, se é que foi implantado, para que todos possam ter o entendimento. Nunca é demais trazer informações e luz ao Parlamento. Encaminho voto favorável, pedindo a aprovação desse simples requerimento de informação inerente à atividade dos deputados que é fiscalização, informação e cobrança. Era o que tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão, com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, senhores deputados. Eu gostaria de me posicionar sobre esse requerimento, lembrando que eu era estudante da UEMS quando foram implementadas as políticas de cotas raciais, na época um projeto de lei federal sobre as cotas para indígenas e um projeto de lei estadual do deputado Pedro Kemp, sobre as cotas para negros. Naquele momento foi feito um amplo debate e, mesmo havendo uma lei, as cotas só foram implementadas depois que passaram no Conselho Universitário da UEMS. Então, toda e qualquer legislação tem que ser antes autorizada por um conselho interno da universidade, caso contrário ela não tem valor. É importante lembrar e reforçar a autonomia da universidade sobre essas questões. Sobre o requerimento em si, sobre o pedido de informações, se esse requerimento fosse um questionamento da comunidade LGBTQIA+, eu acho que a comunidade deveria fazer esse debate internamente, com a universidade. A gente poderia até legitimar o pedido e entender que ele se faz necessário, mas acho que quem tem direito de fazer esses questionamentos são as pessoas que estão afetadas, inclusive fazer requerimento para nós também, porque não me parece que esse seja um requerimento feito a partir dos movimentos e das comunidades que seriam afetadas. Eu gostaria somente de esclarecer que as cotas afirmativas são políticas de reconhecimento das comunidades que não têm acesso à universidade, e mesmo que os quilombolas sejam negros, se há essa política dentro da universidade é porque ela percebeu que havia ainda uma discrepância e que havia necessidade de inclusão. Entendo que a universidade tem essa autonomia e devemos fortalecer as instituições. É muito importante respeitar a autonomia da universidade, fortalecer as políticas afirmativas que garantem o acesso das pessoas que estão fora desse espaço dentro



da universidade. Esse requerimento também me trouxe um pouco de estranheza porque já faz vinte anos que fizemos e continuamos fazendo esse debate em torno das políticas afirmativas. Então, eu quero me posicionar contrária a este requerimento. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a discussão. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, entendo que foi feita uma regulamentação aqui na Casa, inclusive eu estava no meu escritório, de paletó, sem gravata, e a Mesa Diretora me chamou atenção. Humildemente fui lá, coloquei a minha gravata, mas ontem tinha um deputado aqui votando só de camisa. Vale lembrar que de acordo com o regulamento, para discutir e para usar o tempo aqui na Assembleia, tem que estar presente. Portanto está havendo um peso e duas medidas. Sobre o requerimento do deputado Marcio Fernandes, até pelo crescimento que tem, onde é que vai parar a educação no nosso País? Na minha visão o que importa para entrar na faculdade é prestar prova e passar, não importa a cor, a opção de vida, se é homossexual, bissexual, se é isso ou aquilo, porque quando você pega uma cota, você pega uma pessoa que tira cinco em uma prova e deixa de fora outra que tirou sete. Então, é por isso que o Brasil está nessa situação.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Nobre colega deputado, com relação a sua estranheza, a única exceção que existe nessa publicação é na Ordem do Dia. É vedado ao deputado usar a palavra on-line nas Explicações Pessoais, no Grande Expediente, já na Ordem do Dia é permitido porque está se discutindo um projeto. Mas isso pode, em um segundo momento, ser esclarecido pela comissão que elaborou esse regulamento.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Senhor presidente, o requerimento faz sete perguntas para serem respondidas pela UEMS. Então, é simples: só responder. As perguntas: 1 - Qual foi o diploma legal utilizado para embasar a reserva de vagas para as pessoas travestis ou transexuais?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Autonomia da universidade.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — 2 - Na prática, qual a diferença entre a sobrevaga e as demais vagas? 3 - Quantos embates judiciais as sobrecotas criadas já geraram? 4- Qual foi o gasto da universidade para sua defesa nos processos judiciais? 5 - Se o critério para distribuição das sobrevagas for reparação a grupos que podem ser alvo de preconceito, qual foi o embasamento utilizado pela universidade para decidir distribuir as sobrevagas a travestis e



transexuais e excluir transgêneros, gays, lésbicas, bissexuais, grupos muito mais numerosos? 6 - Por que a universidade decidiu distribuir a sobrevagas aos quilombolas, já que este grupo já está contemplado nas vagas raciais, que são as cotas dos negros, ou quilombolas não é negro? 7- Por que a universidade decidiu distribuir as sobrevagas a quilombolas, travestis, transexuais, já que esses grupos nunca foram impedidos pelo estado de ter acesso ao ensino. São sete perguntas simples, é só responder, senhor presidente. Era só.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a discussão. Em votação o requerimento em destaque. Como vota o deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Gleice Jane?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Voto não.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Jamilson Name? Como vota o deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado João Mattogrosso?

DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Junior Mochi?

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Lia Nogueira?



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, eu já tive grandes embates sobre a questão de cotização, nesta Casa, até porque quando você começa a colocar cotas em alguns temas, você acaba dizendo que aquelas pessoas são menos inteligentes que as demais. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima? Como vota deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — É um pedido de informação, então eu entendo que toda e qualquer cota deveria ser criada por lei, porque nós estamos aqui para legislar. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota deputado Neno Razuk? Como vota deputado Paulo Corrêa? Como vota o deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Declaração de voto, senhor presidente. Eu queria dizer que o sentimento que eu tenho é que nós estamos andando para trás. Eu sou o autor da lei que criou a cota para negros na Universidade Estadual, reservando 20% das vagas em todos os cursos, e o deputado Murilo Zauith foi o deputado que criou a cota de 10% para indígenas. Os nossos projetos foram votados na mesma sessão, por unanimidade, nesta Casa, entendendo que essas cotas fazem a reparação de uma dívida que este país tem com os negros e com os indígenas, sendo que essa reserva de vagas é para aqueles que, historicamente, foram impedidos do acesso ao ensino superior. Eu queria lembrar que quando apresentei o projeto das cotas para negros, a Universidade Estadual tinha apenas 2,5% de acadêmicos negros, sendo que essa população, no estado, gira em torno de 49%, e hoje com a lei das cotas nós temos 36% de negros estudando na Universidade Estadual. Essa é uma política afirmativa que foi adotada nos Estados Unidos na década de 1980, para reparar essa dívida com a população negra. e é uma política afirmativa que dá resultado. Hoje a Universidade Estadual tem 36% de negros e indígenas estudando, que representam mais a configuração da população do nosso estado. Antigamente havia apenas 2,5% de negros. É uma política que dá certo, é uma política de inclusão social, racial, e é por esse motivo que hoje eu fico preocupado. Provavelmente se essa lei fosse votada hoje, talvez não passaria aqui na Assembleia,



até por algumas declarações contra cotas e contra políticas afirmativas. Eu lamento, e talvez seja por isso que estamos andando um pouco para trás na história. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Pedrossian Neto? Como vota o deputado Professor Rinaldo? Como vota o deputado Rafael Tavares?

DEPUTADO RAFAEL TAVARES (PRTB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu ouvi com muita atenção o deputado Pedro Kemp comentar seu voto e achei justo porque existe uma lei votada na Assembleia Legislativa, que criou as cotas para índios, para negros, mas entendo que a universidade, dentro do seu programa, está designando. Agora, toda vez que se cria cota é um privilégio porque todos têm o direito de fazer a prova e ser aprovado ou não. No meu ponto de vista, o que está sendo criado não tem diferença entre o negro, o branco, o índio, ou entre qualquer opção sexual, porque tem que ser aprovado através do saber, para que se possa criar uma nação de primeiro mundo. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Como vota o deputado Zeca do PT? Como vota o deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Passo a palavra para o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, apenas para fazer uma observação na fala do deputado Zé Teixeira. Quem concorre por cotas também tem que ter média, senão não passa. Então, assim, vale porque a universidade não tem vaga para todo mundo, ela é um funil.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são quatorze votos favoráveis e dois votos contrários.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Moções de pesar. Moção de pesar proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento da senhora Elzira Oliveira dos Santos (dona Zizi). Moção de pesar, proposta pelo deputado Junior Mochi, em razão do falecimento do senhor Ivaldir Adão Albretch. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lia Nogueira. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Rafael Tavares. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Passo a palavra ao legítimo presidente, deputado Gerson Claro.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) - Antes de encerrar, vamos receber um projeto que reajusta vencimentos e reorganiza o auxílio-saúde do Tribunal de Contas. Vamos tomar as devidas medidas para urgência do projeto. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h16min).